

A MICROANÁLISE COMO SUPORTE TEÓRICO- METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DO SISTEMA ESCRAVISTA BRASILEIRO A PARTIR DA RECONSTITUIÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS (ALEGRETE, SÉCULO XIX)

Paulo Roberto Staudt Moreira*
Marcelo Santos Matheus**

RESUMO: O objetivo do presente artigo é discutir algumas das possibilidades que o aporte teórico-metodológico da micro-história italiana fornece aos pesquisadores da escravidão no Brasil. Para isto, selecionamos algumas trajetórias que puderam ser mais bem documentadas, tendo como foco dessa experimentação o município de Alegrete. Apesar de ser um artigo essencialmente teórico, decidimos por relacionar metodologia, teoria e pesquisa empírica para que a análise ganhasse contornos mais concretos. Neste sentido, podemos apontar que ferramentas como o a diminuição da escala de análise e a busca pelo nome de um mesmo indivíduo em diferentes fontes, além de revelar estruturas sociais diferentes e imperceptíveis a um estudo macro, também têm implicações teóricas para o entendimento do processo escravista como um todo.

Palavras-chave: Escravidão; Micro-história; Alegrete.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss some of the possibilities that the theoretical and methodological micro-Italian history provides researchers of slavery in Brazil. For this, we selected a number of careers that might be better documented, with the focus of this trial the city of Alegrete. Although primarily a theoretical article, we decided to relate the methodology, theory and empirical research for the analysis to gain more concrete contours. In this sense, we consider that tools like the the decrease in the scale of analysis and tracking of the name of the same individual from different sources, in addition to revealing social structures and imperceptible to a macro study also have theoretical implications for understanding the process as slave a whole.

Key-words: Slavery; Microhistory; Alegrete.

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Brasil, nos últimos trinta anos, passou por grandes transformações. As interpretações da Escola Sociológica Paulista, produzidas nas décadas de

* Doutor em história, professor da UNISINOS

** Mestrando em História - UNISINOS

1850 e 1860, sofreram profundas críticas, especialmente na sua caracterização do escravo enquanto *coisa*, advinda do suposto poder coercitivo do sistema em desumanizar os cativos¹. Quem melhor formulou este ponto de vista foi Fernando Henrique Cardoso, nesta passagem da sua obra, já clássica:

*Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma coisa, sujeita ao poder e à propriedade de outrem [...] privado de todos os direitos. A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma*².

Como lembra Robert Slenes, esta corrente do pensamento social brasileiro teve o mérito de enterrar de vez a ideia de uma escravidão brasileira branda, muito embora negasse ao cativo a posição de sujeito histórico capaz de agir de acordo com uma lógica própria³. Contudo, a partir de um novo aparato teórico-metodológico, que se valeu da exploração de outras fontes, até então pouco ou nada utilizadas, novos estudos, amparados na demografia histórica e na aplicação do método quantitativo, fizeram com que o entendimento da escravidão mudasse por completo⁴.

Talvez um dos autores que mais influenciou esta produção tenha sido o inglês Edward P. Thompson. Com sua proposta de apreender as experiências dos indivíduos e, a partir daí, analisar como em meio a um processo histórico a consciência de pertencimento a um determinado grupo social (no caso de seus estudos, como a classe operária inglesa surgiu) se produz, Thompson jogou luz sobre as ações dos agentes históricos, especialmente sobre aqueles situados nos estratos mais baixos da hierarquia social, que deixavam de ser determinados pela sua posição na estrutura social e produtiva, ao mesmo tempo em que deixavam de ser “vítimas passivas” do devir histórico⁵. Da mesma forma, algumas pesquisas, também influenciadas por Edward Thompson, identificaram a utilização, por parte dos escravos, do sistema jurídico tanto na busca pela liberdade quanto contra algum tipo de cativo mais violento⁶.

Em meio a esta renovação historiográfica, há algum tempo muitos historiadores da escravidão, mesmo que parte deles não seja explicitamente influenciada pelo aporte teórico-metodológico da micro-história italiana, estão produzindo estudos que têm como característica uma densa pesquisa empírica. Dentre estas pesquisas, temos biografias de escravos ou indivíduos que estiveram ligados a reprodução do sistema.

João José Reis, na obra *Domingos Sodré: um sacerdote africano*, destaca a mobilidade e a inserção social de um africano que viveu em Salvador durante o século XIX, tendo se alforriado e, depois, transformado-se em senhor de escravos⁷. Durante a narrativa, José Reis vai recuperando os diferentes contextos pelos quais Domingos viveu. Já Alberto da Costa e Silva, em *Francisco Félix de Souza, Mercador de escravos*, reconstruiu a trajetória de Francisco Félix, um mestiço baiano que se tornou um grande traficante de escravos e com poderosas relações sociais no Reino de Daomé⁸. Por outro lado, Roquinaldo Ferreira utilizou-se da microanálise para reconstruir as redes de comércio entre negociantes do Rio de Janeiro e de Angola – mais precisamente de Benguela, percebendo, através da “reconstrução de trajetórias individuais”, que outras importantes dimensões desse comércio “dependia de redes sociais tecidas através de laços familiares, ensino e participação em irmandades religiosas”⁹.

Entretanto, apesar de ser extremamente útil enquanto ferramenta metodológica, não há um texto seminal interpretando como a micro-história pode ser utilizada para o entendimento da escravidão no Brasil, com suas particularidades e complexidade, afinal, esta “corrente historiográfica” foi colocada em prática para sociedades de Antigo Regime europeu, especialmente em regiões onde hoje é a Itália. Recentemente, o historiador João Fragoço publicou instigante artigo que tem como foco de análise alguns cativos que faziam parte de uma elite dentro da senzala. Nele, o autor defendeu que o “encontro das técnicas seriais com a microanálise” permite “capturar um vocábulo da linguagem das estruturas, ou melhor, a sua elite”, ou seja, Fragoço demonstrou que apenas o uso do método quantitativo ao longo do tempo deixa escapar importantes diferenças e peculiaridades intracativeiro, que a diminuição do foco de análise ajuda a iluminar e compreender¹⁰. No entanto, o uso específico da micro-história para pensar o sistema escravista brasileiro, com suas implicações teóricas, ainda é inédito.

Portanto, este texto tem como objetivo discutir as possibilidades que o aporte teórico-metodológico que a micro-história italiana fornece aos pesquisadores da escravidão no Brasil, através da análise de alguns casos por nós analisados. Apesar de ser um artigo essencialmente teórico, decidimos por relacionar metodologia, teoria e pesquisa empírica para que nossa análise ganhe contornos mais concretos. O foco dessa experimentação recai sobre a fronteira oeste da província do Rio Grande no século XIX, mais precisamente sobre o município de Alegrete.

RASTREANDO O NOME: O MÉTODO INVESTIGATIVO DA MICROANÁLISE

Conforme Henrique Espada Lima “a micro-história foi formulada, nos seus princípios, como um conjunto de proposições e questionamentos sobre os métodos e os procedimentos da história social”. Em 2009, refletindo sobre a corrente historiográfica nascida em torno da revista *Quaderni Storici*, Giovanni Levi definiu o surgimento da micro-história “mais” como “uma série de práticas e de métodos do que uma teoria”¹¹. De fato, a microanálise esboçou-se mais como um experimento, sem um corpo de ideias e práticas pré-definidas.

Todavia, alguns pontos em comum ligavam os primeiros trabalhos dos historiadores italianos. Um deles foi a redução da escala de análise, enquanto procedimento analítico, o qual “pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado”¹². “A observação microscópica” revela estruturas que em uma visão macro passam despercebidas, com os fenômenos históricos assumindo “significados completamente novos”¹³. Ou, como tentaremos demonstrar, um senhor de escravos e um cativo deixam de ser *apenas* um senhor e um escravo.

Reduzida a escala de análise, uma das ferramentas passíveis de aplicação é a busca pelo *nome* dos sujeitos históricos. Esta proposta metodológica foi desenvolvida por Carlo Ginzburg e Carlo Poni em um texto publicado no início da década de 1990 no Brasil¹⁴. De acordo com os autores, um registro cartorial apresenta os indivíduos apenas enquanto compradores, vendedores, realizando uma hipoteca, etc.; os eclesiásticos enquanto pai, mãe, padrinho; os processos criminais como réu, testemunha, vítima; no entanto, limitando-se a estas informações ou a somente a consulta de um desses documentos “corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada”. Neste sentido, segundo eles, “se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir *encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos*”. O que liga os pontos, guiando o historiador, é o “*nome*” das pessoas¹⁵.

Assim, seguindo o nome de uma personagem, o pesquisador consegue compor “uma espécie de teia de malha fina”, reconstruindo graficamente o “tecido social que o indivíduo está inserido”. E, o mais significativo, é que está técnica pode ser aplicada à diferentes estratos sociais, ou seja, é possível uma prosopografia “a partir de baixo” o que, de resto, não exclui uma “investigação de tipo serial”. O problema seria, então, “o de selecionar, na massa dos dados disponíveis, casos relevantes e significativos”¹⁶.

Por sua vez, Edoardo Grendi, um dos fundadores da micro-história ao lado de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, argumenta que quando do levantamento e fichamento dos documentos por parte do historiador,

*cada informação exprime um dado ou, mais frequentemente uma relação. Existe assim a possibilidade de reconstruir histórias de famílias e, às vezes, por alguma feliz coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas [...] sendo [...] possível pôr em relevo relações interindividuais contínuas, isto é, mais estruturadas*¹⁷.

Certamente, no caso da escravidão, efetivar este caminho indicado por Ginzburg, Poni e Grendi se torna mais complicado, por duas razões. Primeiro, por causa da dificuldade em levantar um significativo número de fontes sobre um sujeito histórico advindo dessa condição social. João Fragoso, em texto já clássico, lembra que, no Brasil, “a falta de *corpus* documentais que permitam o rastreamento ‘das pessoas’ em suas múltiplas relações dificulta a análise das experiências sociais”. Deste modo, teríamos apenas “uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana”, todavia, igualmente útil na análise do processo histórico¹⁸. Importante salientar que Fragoso se referia a qualquer temática e não especificamente à escravidão, assunto em que, provavelmente, sua assertiva se torna ainda mais verdadeira. Uma segunda dificuldade de perseguir um mesmo indivíduo escravo é a repetição dos nomes, como veremos a seguir. Contudo, em relação a esta segunda questão, um indicativo que auxilia o historiador é o nome do senhor, ou seja, se desconfiamos que um indivíduo A, pertencente à B, é o mesmo A que aparece em outro documento, podemos procurar, nesta mesma fonte, se B aparece como proprietário do primeiro. Além desta possibilidade, também podemos comparar as datas da idade do cativo (quando esta aparece no batismo, no inventário, no processo-crime, etc.) para termos certeza de se tratar da mesma pessoa, dentre outros possíveis indicativos que podem auxiliar ao pesquisador.

Portanto, através de duas trajetórias e utilizando as ferramentas descritas acima – diminuição da escala de observação e busca pelo nome das pessoas em diferentes fontes, pretendemos mostrar a singularidade e complexidade de dois indivíduos imersos em um sistema que lhes imputava ser posse de outra pessoa, mas que, mesmo assim, trilharam caminhos sinuosos e alcançaram a liberdade. A peculiaridade deles, talvez, esteja não na condição de escravo, que lhes é comum, mas sim como ambos viveram em cativeiro, se relacionaram com outros escravos e também com seu senhor.

2.1 Os escravos de Albino Pereira de Lima

Em 11 de janeiro de 1840 faleceu, aos sessenta anos, Albino Pereira de Lima, natural de Taquari. O velho Albino foi enterrado no cemitério de uma de suas duas estâncias, na localidade de Toropasso. Ele foi um dos primeiros sesmeiros da região onde foi instalado o município de Alegrete, tendo recebido carta de sesmaria do governador da Capitania, Dom Diogo de Souza, em 1814¹⁹.

No mesmo ano de sua morte, foi aberto o processo de inventário de Albino Pereira e de sua primeira esposa, Mathilde Joaquina de Assumpção. Albino era um dos potentados locais, tendo ligação com a parcela da elite alegretense que lutou ao lado dos Farroupilhas – como fica claro em seu inventário, onde a viúva e testamenteira, Dona Manoela Leocádia de Abreu, sua segunda esposa, declara que os escravos Américo e Salvador não deviam ser arrolados, pois se achavam junto ao Exército Republicano²⁰. Da mesma forma, casou algumas de suas filhas com outros indivíduos bem situados socialmente, caso de Dona Francisca Carolina de Lima, que contraiu matrimônio com Vasco José de Abreu e Dona Mafalda Francisca de Lima que desposou, primeiro, José Monteiro Mâncio e, depois do falecimento deste, o Coronel José Ribeiro de Almeida, irmão do Marechal Bento Manoel Ribeiro.

Albino Pereira deixou à Dona Manoela uma significativa fortuna (descontadas as dívidas, o monte-mor chegou a 121 contos). Dentre vários terrenos e casas no município, Manoela Leocádia herdou uma morada de casas na praça central, com oito janelas de frente, no valor de cinco contos. No segundo distrito Albino possuía duas estâncias, onde criava mais de 14 mil cabeças de gado, 1400 animais cavалares, 4 mil ovelhas, além de casas, mangueiras, outras benfeitorias e extensas terras. Ele ainda possuía outros bens nos municípios de São Borja e Rio Pardo.

No inventário também constam 46 escravos. Aqui entram nossos personagens: José Maria e Jacinto. A partir da reconstrução e análise de parte da trajetória destes dois cativos iremos tentar refletir sobre a complexidade da escravidão brasileira, bem como suas diferenças internas - entre escravos. Estas, a nosso ver, dificultam o entendimento do sistema escravista se procurarmos compreender o comportamento dos indivíduos inseridos naquela realidade (escravos, senhores e demais sujeitos históricos) apenas pela sua categoria jurídica, homogeneizando, por exemplo, o comportamento dos escravos. E isto só foi possível através de uma densa pesquisa empírica, em que encontramos estes mesmos indivíduos em diferentes fontes.

2.1.1 José Maria, africano, escravo, carpinteiro, pajem, padrinho e forro

Encontramos o africano José Maria, pela primeira vez, no inventário de Albino Pereira. Ali, ele aparece como carpinteiro e com 45 anos. Entretanto, no decorrer de nossa pesquisa, fomos nos deparando com o mesmo em diversas fontes. Como mencionamos acima, no método sugerido por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, a busca pelo nome dos indivíduos em diferentes documentos, no caso da escravidão, nos traz muitos inconvenientes, porém, nada que impeça o trabalho do pesquisador.

Nos registros de batismos da Igreja de Alegrete, até 1840, aparecem 10 escravos com o nome de José, pertencentes à Albino, batizando tanto recém-nascidos como também cativos africanos. Além destes, há mais um, mas este tem especificado seu nome como José Maria, ou seja, não há dúvida quanto a ser ou não nosso personagem²¹. Como já mencionado, um dos problemas que encontra o historiador que trabalha com a escravidão é a questão dos homônimos. No inventário aparecem três Josés: José Maria, carpinteiro, que acreditamos ser aquele que mais aparece nos batismos, José, com a ocupação de falquejador, e José Bruto, roceiro. Estes dois últimos residiam na estância de Albino que se localizava no segundo distrito, enquanto o primeiro na área urbana (se este termo é possível para aquela época) de Alegrete.

Em 1840, alguns meses após o falecimento de Albino, a viúva alforriou um José²². Acreditamos que José Maria seja este manumisso, bem como grande parte dos Josés dos batismos, pois Dona Manoela, no registro cartorial da alforria afirma que

A carta foi concedida em retribuição aos bons serviços prestados ao falecido senhor, que havia recomendado a sua esposa, Manoela Leocádia de Abreu, que caso viesse a falecer sem testamento, que esta libertasse o escravo José. A carta foi passada pela viúva, Manoela Leocádia, que assumiu a responsabilidade do valor do dito escravo, caso algum herdeiro não concordasse com sua liberdade²³.

De fato, a herdeira Jacinta Antônia de Oliveira, viúva de João Pereira de Lima, filho do primeiro casamento de Albino, escreve ao Juiz de Órfãos, em 1842, requerendo vistas do inventário, pois não havia sido ela citada. Uma de suas reclamações foi quanto a não avaliação do escravo José, o qual “a inventariante forrou por recomendação, não tendo para isso concordado com os herdeiros”²⁴. Talvez por isso, na partilha dos bens, o único José que fica com a viúva é José Maria, podendo ela, assim, o alforriar. Daí nossa conclusão de ser ele

o personagem que aparece em diferentes fontes. Mas não foi só isso que Dona Manoela disse a respeito de José.

No inventário, a viúva declara que Albino Pereira havia pedido que, caso ele morresse sem testamento, ela passasse carta de alforria a “José, *pajem* de seu falecido marido”. Isto mesmo: José era braço direito de Albino. De acordo com dicionário Aurélio, *pajem* é aquele “moço nobre que, na Idade Média, acompanha um príncipe, um senhor [...]. Menino ou rapaz que outrora se punha a serviço de pessoa de alta categoria [...]. Criado que acompanha alguém em viagem a cavalo”²⁵. Buscando a definição da palavra em um dicionário de época, o sentido não muda muito. Segundo o dicionário de Antônio de Moraes Silva, *pajem* significa “moço de acompanhar pessoa nobre, que ia a guerra, levando-lhe a lança e o escudo. Moço de acompanhar e levar recados”²⁶. Nos parece que aquela definição, “criado que acompanha alguém em viagem a cavalo”, corresponda a parte da relação que ambos mantinham, pois Albino constantemente realizava viagens à Banda Oriental para negociar animais, de acordo com seu inventário.

Por tudo isso, acreditamos que José seja quem mais apareça naqueles 10 batismos citados, pois não é de todo estranho imaginar que outros cativos, ou mesmo outros senhores, quisessem aquele que é o braço direito de Albino Pereira de Lima, um grande potentado local, para padrinho de seus filhos e de seus escravos. Quem sabe o africano de nação Benguela conhecesse diferentes dialetos, sendo o primeiro mediador para os recém chegados àquela localidade, ou mesmo fosse o escolhido para transmitir parte da cultura africana por ele conhecida - dos cinco batizados “de Nação” apadrinhados por um José, três são de Albino Pereira e dois de outros senhores; dos cinco crioulos, três são filhos legítimos de casais de escravos e dois de mãe solteira (estes cinco pertenciam a quatro senhores diferentes).

Conforme Alberto da Costa e Silva²⁷, a chegada dos portugueses em Angola ocorrera no início da década de 1480, mas foi somente a partir da fundação da cidade de São Paulo de Luanda, em 1575, que o convívio e os intercâmbios culturais se tornaram efetivos. “*Nesta extensa região congo-angolana, composta basicamente de populações de um mesmo tronco lingüístico – o banto – concentrar-se-ia a atenção portuguesa, cada vez mais vinculada à região de Angola, e menos ao Congo, sobretudo depois da expulsão dos holandeses de Luanda, que lá haviam permanecido de 1641 a 1648, e da aliança com a Rainha Nzinga, na segunda metade dos seiscentos*”²⁸. De acordo James Sweet, um observador do século XVI notou que as diferenças entre as principais línguas da região, o quicongo e o quimbundo, não eram maiores do que as diferenças entre o espanhol e o português, ou entre o veneziano e o

calábrico. “No século XVII, foi referido que a língua “Angola” (provavelmente o quimbundo) funcionava como língua franca em toda a região, mesmo entre os povos do interior, como os Angicos, os Monjolos e os Malembas. Esta língua constitui, juntamente com uma série de concepções partilhadas ao nível da religião e da estética, a base da ‘protonação Banto’ que emergiu entre a população escrava do Brasil colonial”²⁹.

Segundo ambos os autores citados acima, nos séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX procedia de Angola a maior parte dos escravos entrados no Brasil. Portanto, neste contexto de intensos contatos e negociações entre os portugueses e os reinos de Congo e Angola desde o século XV, é factível supor que os escravos dali provenientes tivessem conhecimento de alguns signos da religião cristã e, talvez, também da língua portuguesa (além da língua banto, o que lhes oportunizava comunicação com indivíduos vindos de diversos lugares).

O único batismo em que José aparece como José *Maria* foi o do filho legítimo de Maria Pascoal, de nação guarani, e Francisco de Paula, homem livre. Conforme Fragoso, “o parentesco fictício era uma língua franca, conhecida por senhores, cativos, forros e consanguíneos”³⁰. Assim, não impressiona que José Maria tenha sido procurado, ou escolhido, por diferentes sujeitos para apadrinhar seus escravos e/ou filhos, mesmo de pessoas livres e também de indígenas.

As companheiras de batismos dos Josés variaram muito - nos onze registros, aparecem 6 diferentes cativas madrinhas. Em apenas dois deles, as madrinhas também são escravas de Albino Pereira – Maria e Juliana. Esperávamos encontrar ele batizando com uma mesma escrava, o que seria um indício de matrimônio ou amancebamento. Entretanto, José, africano de Albino Pereira, aparece batizando sua filha natural, Sofia, com Rafaela, em 1839³¹. Rafaela aparece sendo batizada, como escrava de nação, em 12 de dezembro de 1830, com aproximadamente 12 anos. Seu padrinho foi...José, cativo de Albino Pereira³². No inventário, em 1840, Rafaela aparece com 25 anos, doente, e mãe de mais 3 filhos – Sofia não aparece, pois faleceu, como consta no testamento da filha de Albino, Dona Felisbina Mathildes de Lima, anexo ao inventário do pai³³. O mais velho dos três, Belarmina, com 6 anos, nasceu, portanto, quatro anos após a chegada de Rafaela, quando está tinha por volta de 20 anos, se seguirmos a idade do inventário e não a do batismo. Se José Maria e Rafaela mantiveram uma união estável, nosso personagem teve quatro filhos enquanto escravos, sendo que três ainda eram vivos quando seu senhor morreu e ele se tornou livre.

Finalmente, um último detalhe sobre a relação de Albino Pereira com seu pajem. Durante a realização do inventário, Camilo de Lelis Rodrigues cobra uma dívida, assinada pelo falecido, relativa, entre outras coisas, a medicamentos e cuidados médicos. Não sabemos qual a ocupação de Camilo, nem onde ele residia, mas suas reivindicações ao Juiz de Órfãos foram escritas em espanhol³⁴. No detalhamento da conta, Camilo cobra 18 mil réis referentes a medicamentos e a assistência ao escravo Marcelino; 6 mil e 400 para medicamentos e assistência à “escrava”; 12 mil e 800 de medicamentos e assistência ao escravo Moisés; e, por fim, 38 mil réis referentes a assistência e medicamentos ao escravo José Maria. A enfermidade de José poderia ser mais grave, é claro. Mas é sugestivo que o maior gasto com cuidados médicos (mais que o dobro da soma dos gastos com todos os outros cativos) seja logo com seu pajem.

Ao menos enquanto residiu em Alegrete, por volta de 25 anos, Albino Pereira não alforriou em vida nenhum cativo. Não com uma manumissão registrada no cartório da cidade³⁵. José Maria foi o único alforriado, tendo sua carta registrada em outubro de 1840, nove meses após a morte de seu senhor. E, ao que parece, após manumitido, ele continuou tendo boa relação com a família de seu ex-senhor. Em uma das respostas às reclamações de Jacinta Antônia, a viúva de Albino explica que “as roupas do falecido já se acham no inventário [...] e o freio se achava em poder do preto José forro, que foi para Montevideu em companhia do co-herdeiro Theodósio Teixeira de Lima”³⁶. Ou seja, além de ficar com objetos pessoais de Albino Pereira, que provavelmente tinham um valor afetivo e simbólico e, por isso, o falecido não os deixaria para qualquer um, José Maria continuava trabalhando para a família de seu ex-senhor.

É de fácil compreensão a continuidade da boa relação que José Maria mantinha com a família senhorial. Segundo João José Reis, a condição de um africano forro no Brasil durante o século XIX era muito precária. De acordo com o autor

*O Código do Processo do Império do Brasil, em seu artigo 70, obrigava os africanos libertos, da mesma forma que os escravos em geral, a sempre portarem passaporte em suas viagens, mesmo quando acompanhados de seus ‘senhores e amos’. [...] Quando se tratava do africano, uma linha tênue dividia a condição de escravo daquela de liberto*³⁷.

Assim, temos um escravo, José, africano Benguela, que era muito procurado por outros cativos para batizar, ao mesmo tempo em que é pajem de seu senhor e dele recebe cuidados médicos especiais. Talvez José fosse o que Reis denominou de “mediador cultural”,

por conhecer tanto signos africanos como também por dominar práticas e costumes crioulos, ou seja, brasileiros, demonstrando ser um “perfeito ladino”³⁸. Neste contexto, acreditamos que fica muito claro que recursos materiais e simbólicos não lhe faltaram para tencionar pela sua liberdade, um suposto desejo de todo cativo, ainda durante a vida de Albino Pereira. Mas não foi o caso (sobre esta questão, discutiremos mais a frente). Passemos ao outro exemplo.

2.1.2 Jacinto, crioulo, escravo, pedreiro, casado, padrinho, senhor de cativos e liberto

Jacinto foi o único escravo homem descrito como casado no inventário de Albino Pereira de Lima. Isto, por si só, já seria um grande privilégio frente aos outros cativos, pelo menos no local aqui pesquisado. Entre 1822, data do primeiro casamento que envolveu um ou dois escravos, e 1872, apenas 83 cerimônias foram celebradas. E a de Jacinto foi uma delas.

Às onze horas da manhã do dia 05 de maio de 1833, na igreja do município, o pároco Marcelino Lopes Falcão casou o Jacinto, natural de Pernambuco, com Luiza de Nazaré, africana de nação Rebolo, também escrava de Albino Pereira. Serviram de testemunhas Damázio Batista e Bento José do Nascimento, pessoas livres³⁹.

No entanto, as conquistas de Jacinto não se resumiam ao seu casamento. Sua relação com seu senhor foi mais além. Em 18 de março de 1841, foi registrada no cartório de Alegrete a transação de venda de um escravo⁴⁰. Nada de anormal, apesar de, até 1860, as vendas de escravos registradas por Escrituras Públicas, em Alegrete, serem relativamente poucas⁴¹. O curioso desta transação não é a “mercadoria”, nem o comprador, mas sim quem a vende: o escravo Jacinto, pertencente a Albino Pereira de Lima. Sim, Jacinto, escravo, era senhor de outro escravo. O comprador, Francisco José Coelho, pagou 19 doblas e cinco patações, o equivalente a 244 mil e 800 réis, que ficaram depositados sob guarda do escrivão João Damaceno Góis, por um “Muleque pertencente ao crioulo Jacinto”.

Stuart Schwartz argumenta que havia dúvidas se a lei permitia que escravos possuíssem outros escravos⁴². Segundo ele, não há “nenhuma resposta jurídica clara, mas certamente o costume reconhecia a prática”. Em sua pesquisa, o autor encontrou um testamento onde aparece a seguinte declaração: “há [...] dentre nossas propriedades um *moleque* chamado Salvador do povo de guiné que é cativo de nosso escravo Simão, que nos deve os fretes e as taxas de importação do dito *moleque* pelas quais eu paguei”⁴³. Outros historiadores vêm relatando a existência da escravidão dentro da escravidão, mas na província de São Pedro ainda não havíamos encontrado, ou tido conhecimento, de tal fato⁴⁴.

Na verdade, os cativos, em tese, não poderiam possuir bens⁴⁵. Na prática, como observou Schwartz, a realidade era outra. Em nossa pesquisa, temos encontrado muitos cativos donos de gado, alguns proprietários de chácaras, meias-água, estas últimas, inclusive, socialmente reconhecidas. Infelizmente não sabemos o nome do “Muleque” vendido, nem sua idade, assim como desconhecemos se havia parentesco entre ele e Jacinto. Todavia, devia ser jovem⁴⁶.

Antes que vozes se levantem contra Jacinto, acusando-o de traidor da classe ou mesmo do seu grupo social, é interessante conhecermos sua inserção entre os escravos. Consultando os livros de batismo, percebemos que entre 17 de julho de 1830 e 16 de maio de 1837, Jacinto apadrinha nada menos que cinco escravos, *todos crioulos*, de mães diferentes (um deles filho legítimo). Nestes batismos, compareceram cinco madrinhas diferentes, quatro escravas e uma forra. Três cativas pertenciam a senhores diferentes, sendo duas, Maria e Luiza (sua esposa), também de Albino Pereira⁴⁷. Portanto, estamos diante de um indivíduo que tinha um leque de relações bastante amplo.

Esta vasta rede de relações de Jacinto, além de poder representar recursos simbólicos e materiais - afinal, ele tinha condições de possuir um cativo, também podia irradiar às pessoas ligadas a ele. Assim, talvez não seja coincidência termos encontrado a alforria de indivíduos que tinham um parentesco ritual com Jacinto. Uma de suas afilhadas, a parda Inácia, de seis anos, filha da também parda Balbina, escrava de Joaquim dos Santos Prado Lima, teve sua manumissão registrada em 04 de julho de 1839, “mediante pagamento de 300\$ pelas mãos da madrinha da escrava, Cipriana, parda, podendo de agora em diante gozar de todas as garantias que as leis do país permite aos libertos”⁴⁸. Da mesma forma, encontramos a liberdade de Gertrudes, comadre de Jacinto, e mãe da última criança batizada por ele, apenas um após ele batizar o pequeno Jesuíno. Gertrudes também pagou pela sua alforria⁴⁹.

Todavia, Jacinto provavelmente investiu o dinheiro da venda do Muleque na compra de sua própria liberdade. Ainda no inventário de Albino, mas em 1842, ou seja, pouco tempo após o registro em cartório da venda do Muleque, Roque Machado Ferreira, esposo da herdeira Dona Faustina Ferreira de Lima, escreveu ao Juiz de Órfãos argumentando que no inventário que estava se procedendo, o pardo Jacinto havia sido avaliado em 600 mil réis. Porém, querendo o dito comprar sua liberdade, “para cujo fim existem em poder do suplicante 300 mil réis” – quantia bastante próxima dos quase 250 mil réis alcançados por ele na venda do Muleque, pediu ao Juiz que Jacinto não seja lançado na partilha. Não encontramos a alforria de Jacinto, contudo, ele não foi colocado nos bens de nenhum dos herdeiros.

ESCRAVO E ESCRAVOS: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA MICROANÁLISE PARA A ESCRAVIDÃO

Por fim, uma última reflexão acerca da contribuição que a micro-história pode oferecer ao entendimento da escravidão. Jacques Revel argumenta que “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento”, não acarretando somente em aumentar ou diminuir o tamanho do objeto, mas também “modificar sua forma”⁵⁰. Neste sentido, como já mencionamos ao longo deste texto, mesmo tendo nascido como uma experimentação – como uma prática historiográfica, a microanálise tem suas implicações teóricas. Uma delas, no caso da nossa temática, diz respeito à questão do escravo enquanto indivíduo, com personalidade própria e não somente um cativo imerso entre tantos outros e, portanto, com os mesmos sonhos, projetos, enfim, com o mesmo *comportamento* dos seus companheiros de cativeiro.

Talvez uma das maiores contribuições à esta questão seja da micro-historiadora Simona Cerutti. Estudando a formação dos grupos profissionais em Turim nos séculos XVII e XVIII, a autora relata que tentou acompanhar os protagonistas daquele processo “em seus percursos individuais a fim de reconstituir a variedade de sua experiência nos diferentes campos da vida social [...] mais do que a partir da posição que ocupavam formalmente na hierarquia social”⁵¹. Ela percebeu que a “imposição de um mesmo código sócio-profissional a contextos diversos muitas vezes se mostrou ser uma operação forçada e de fraco rendimento”⁵². Perguntamos-nos: abstrair o tipo de comportamento de um escravo a partir de sua condição jurídica, que é comum a todos os outros cativos, deixando de lado as diversas relações sociais produzidas por ele ao longo de sua vida – as quais, repetimos, são de difícil acesso ao historiador, não nos leva a simplificar demasiadamente na interpretação do porquê de suas escolhas?

Neste contexto, conforme Cerutti

*Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais. Neste sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias [...] mas impregná-las das relações sociais*⁵³.

Portanto, de acordo com a autora, na tentativa de apreender as identidades sociais em determinado contexto, “a análise das redes de relações pode se tornar um caminho para desenhar [...] de maneira contextual, o horizonte social dos atores”⁵⁴. Resumindo, e deixando claro a influencia da autora sobre nossa reflexão, pensamos não ser prolífica a crença na possibilidade de apreender o comportamento de um indivíduo a partir de sua condição status social – no caso, de sua condição jurídica. Os exemplos de José Maria e Jacinto são, de novo, reveladores.

É ainda corrente na historiografia que todo o cativo desejava a liberdade. Sheila Faria afirma que “de maneira geral, os estudiosos têm como certa a vontade inerente aos negros, em deixarem de ser escravos”⁵⁵. Grosso modo, concordamos com esta assertiva. Contudo, a palavra “inerente” pode estar mal colocada, no sentido que naquela sociedade a liberdade não era um valor inerente a todos. Aliás, o próprio conceito de liberdade não era de todo igual para os diferentes sujeitos históricos – africanos provenientes de diferentes regiões e culturas, vários grupos indígenas, europeus vindos de lugares onde os laços feudais ainda estavam presentes, bem como de regiões onde as ideias liberais já se faziam presente, etc. Assim, pensamos ser necessário relativizar o quanto e em que momento os cativos tencionavam e lutavam pela alforria. Conceber o ideal de liberdade a partir de valores e conceitos que não os daquela época seria cair na armadilha do anacronismo. Neste sentido, não seria absurdo supor que um cativo pudesse não aceitar qualquer tipo de liberdade⁵⁶.

Neste contexto, acreditamos que o escravo tinha, necessariamente, que projetar condições mínimas de subsistência, quando em liberdade, para querer a alforria. Por mais que fosse uma relação de dominação, subordinação e, muitas vezes, de violência, a relação senhor-escravo era uma relação. Talvez estas questões estivessem dentro da lógica e da estratégia de vida de José e Jacinto. Como vimos, eles se encaixam no estereótipo do cativo que tinha condições materiais e simbólicas de lutar incessantemente pela liberdade, porém, não é o que parece ter acontecido⁵⁷.

Deste modo, o cativo que objetivasse a liberdade tinha que estar bem amparado em sua família (ou em um grupo social mais amplo, que, de novo, podia contar com seu ex-senhor) para que as condições de vida enquanto forro fossem melhores do que enquanto escravo e, com isso, a liberdade se tornasse um sonho realizado e não um (novo) pesadelo a ser encarado. E, ao historiador, só é possível capturar esta rede de relações por meio de uma densa pesquisa empírica e do cruzamento dos dados dela armazenados. Neste sentido, a

percepção de que José e Jacinto tinham uma relação diferenciada com Albino Pereira só foi possível através da análise de diferentes fontes.

Como destaca Jacques Revel, quando tratamos da natureza das categorias de análise do social, “a escolha de um enfoque micro-histórico”, ou seja, a investigação no “nível local,” salienta a defasagem entre “categorias gerais (ou exógenas) e categorias endógenas”. Assim, a construção de identidades sociais não pode ser mecanicamente elaborada, por parte do historiador a partir de elementos simplificadores ou, como vimos com Jacinto e José Maria, as identidades não se processaram apenas a partir de sua condição social (ou jurídica), embora certamente tenham sido informadas também por ela⁵⁸. Neste sentido, quando da elaboração das categorias sociais, é preciso “desnaturalizar – ou ao menos desbanalizar – os mecanismos de agregação e de associação [...] recuperando as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva”⁵⁹. Ou, como argumenta Simona Cerutti, “o verdadeiro problema é [...] compreender como indivíduos, cujas histórias são diferentes, podem decidir se reunir e, mais ainda, se reconhecer por intermédio de uma identidade social comum”⁶⁰.

* * *

Pode-se perguntar: mas o que a história de vida de José Maria e Jacinto podem contribuir para o entendimento do sistema escravista? Como lembra Giovanni Levi, o empreendimento micro-histórico

Quis, no fundo, mostrar não a fragilidade das generalizações em história, mas que aquilo que o historiador pode e deve generalizar são as perguntas, que podem ser colocadas em contextos de temporalidade e espacialidades diferentes, deixando às situações singulares a sua especificidade irrepetível⁶¹.

Portanto, as complexas trajetórias desses dois indivíduos podem contribuir para responder perguntas mais gerais: quais os mecanismos de diferenciação interna às senzalas? Como ocorria o processo de passagem da escravidão para liberdade? Essas histórias de vida podem, e, acreditamos, devem contribuir tanto para responder a estas questões quanto para a elaboração de futuras sínteses que se façam em relação a dinâmica do sistema escravista. Como salienta Edoardo Grendi, “a microanálise social liga-se mais ao caráter da base de dados examinada do que à dimensão da área social enquanto tal”, ou seja, a aplicação do

método é válida para diferentes contextos e tempos históricos, não havendo uma hierarquia de importância de uma localidade – ou região, para outra⁶².

Por outro lado, como mencionamos anteriormente, a micro-história nasceu como uma experimentação, dado o incômodo com os caminhos que tomava a história social no início da segunda metade do século XX⁶³. Contudo, apesar de surgir como uma inspiração metodológica, ela teve, e continua tendo, profundas implicações teóricas para compreensão dos grandes processos históricos, postulando, por exemplo, certa autonomia dos indivíduos – ou de uma coletividade, mesmo perante as pesadas estruturas coercitivas. Em relação a este aspecto, Giovanni Levi propõe que a “narrativa” tem um papel central, pois por meio dela é possível

demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização e pela formalização quantitativa [...]. Em outras palavras, é exibido um relacionamento entre os sistemas normativos e aquela liberdade de ação criada para os indivíduos por aqueles espaços que sempre existem e pelas inconsistências internas que fazem parte de qualquer sistema de normas e sistemas normativos⁶⁴.

E, como tentamos ilustrar, não é diferente em relação ao sistema escravista brasileiro. Mesmo no mais baixo nível social daquela realidade, pois eram escravos, Jacinto e José tiveram trajetórias singulares, agindo conforme estratégias próprias, mesmo que limitados pela sua condição jurídica, o que, de resto, ficaria encoberto através de uma visão macro. Muito provavelmente suas vidas eram povoadas de incerteza e receio de que passo dar e em que direção. Porém, o fato de terem tecido relações próximas ao seu senhor não pode ser julgado a posteriori. Como lembra Giovanni Levi

[...] a participação de cada um na história social não pode ser avaliada somente com base em resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais [...] grupos e pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, consegue condicioná-las e modificá-las⁶⁵.

Finalmente, a “estratégia” colocada em prática por aqueles dois cativos não significa que eles eram “dotados de uma racionalidade absoluta”. Pelo contrário, ambos tinham que manipular os recursos – materiais e simbólicos, disponíveis diante de uma sociedade que os

distribuía de modo assustadoramente desigual. Portanto, Jacinto e José agiam “a partir de uma racionalidade limitada, isto é, a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social” lhes conferia, “em contextos nos quais a sua ação depende da interação com ações alheias”. Neste sentido, “o controle sobre o seu resultado [da ação] é limitado por um horizonte de constante *incerteza*”⁶⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Henrique E. Lima, a micro-história italiana impulsionou e/ou reforçou “algumas das transformações mais significativas dos estudos históricos no Brasil dos últimos anos”⁶⁷. E, para o autor, destacam-se os resultados referentes à história da escravidão, embora, como já dissemos, não haja um texto que elabore a experiência da microanálise com as particularidades do sistema escravista.

Tentamos demonstrar, através de algumas trajetórias, o quanto a diminuição da escala de análise e, com isso, a busca pelo mesmo indivíduo – no caso, um cativo, pode contribuir para o entendimento do sistema escravista. Como bem afirma João José Reis, “essas histórias pessoais, além de relevantes em sua singularidade, servem para melhor perceber experiências coletivas e iluminar contextos e processos históricos mais amplos e complexos”⁶⁸. Dito de outra forma, “dependendo do nível de análise” uma realidade social muda, ganhando novos contornos⁶⁹.

Poderíamos lembrar que José Maria e Jacinto foram escravos e Albino Pereira foi seu senhor, tirando daí conclusões mais gerais acerca da vida destes indivíduos. Em tese, deveria haver uma oposição (projetos antagônicos) a priori entre eles. Como sugere Edoardo Grendi

*Qualquer sistema social adquire, de fato, em uma perspectiva interpretativa diacrônica, uma hiper-racionalidade própria, obtida da distribuição do poder no interior do próprio sistema. Seja qual for a conflitualidade, o que conta é o seu êxito e esse responde à lógica de uma organização posfactual dos acontecimentos*⁷⁰.

Bastaria “registrar a conflitualidade (afirmada, mas nunca analisada)”, e descrever as histórias de vida desses sujeitos a partir de sua condição jurídica e social e, daí, tirar conclusões gerais sobre sua existência⁷¹. Provavelmente, veríamos José e Jacinto resistindo ao sistema que lhes oprimia. Entretanto, analisando mais de perto, ou seja, ajustando o foco da objetiva, pudemos perceber que sua relação com outros cativos e mesmo com seu senhor era

bem mais complexa e dinâmica. José era pajem de Albino. Jacinto, senhor de um escravo ainda quando cativo. Por outro lado, o foco nessas duas trajetórias de vida não deve ser colocado como contraponto à uma história social mais ampla, ou seja, elas devem ser articuladas com o todo da sociedade, ou mesmo com o todo do seu grupo social, para que o sistema escravista seja compreendido de forma mais refinada. Como argumenta Jacques Revel, “essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da ‘grande’ história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa”⁷².

Neste sentido, para Grendi, a história social deve sempre tentar “reconstruir [...] as relações entre pessoas, tanto em sentido vertical quanto horizontal, o que equivale a uma análise dinâmica da estrutura social. Antes de uma teoria geral das classes sociais, o historiador deve verificar uma teoria dos grupos sociais”⁷³. Apesar da diferença jurídica entre José, Jacinto e Albino, a relação entre ambos ultrapassava os limites entre liberdade e escravidão, o que só foi possível perceber com uma investigação densa nas fontes.

Portanto, acreditamos que a ferramenta da microanálise pode contribuir sobre maneira para o estudo da escravidão no Brasil. Como já passou o tempo em que não se acreditava na existência de fontes suficientes para o estudo do sistema escravista escravidão e da vida dos escravos, resta ao pesquisador garimpar em diferentes Arquivos e fontes para encontrar histórias coletivas e individuais que, além de complicar - complexificar seria a palavra correta, nosso entendimento sobre esse grande processo histórico, certamente também pode contribuir para a compreensão da sociedade brasileira hoje, não deixando análises mais simplistas e, por isso, de fácil questionamento, responderem o porquê da encruzilhada que o Brasil ainda vive em função da permanência, mais de 130 anos após a abolição da escravatura, do racismo entre nós.

Para finalizar, é interessante relatar uma reflexão que Giovanni Levi fez a pouco tempo em relação a sua própria prática historiográfica: a “micro-história nasceu [...] da necessidade de recuperar a complexidade das análises; da renúncia, portanto, às leituras esquemáticas e gerais, para realmente compreender como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades”⁷⁴. Conforme ele, a microanálise

*tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral*⁷⁵.

Assim, “ [...] o verdadeiro problema para os historiadores é serem bem sucedidos no expressar a *complexidade da realidade*”⁷⁶.

FONTES

Fontes primárias

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade*. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Livros Notariais de Registros Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete.

Arquivo da Diocese de Uruguaiana

Livros de batismos, casamentos e óbitos da Capela Curada de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete, 1816-1846, Diocese de Uruguaiana.

Fontes primárias consultadas em sites

- www.brasiliana.usp.br. Acesso em: 19 dez. 2010.

Neste site consultamos:

Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Segundo tomo, L-Z. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, ano M. DCC. LXXXIX.

- http://www.comshalom.org/formacao/santos/camilo_lelis.html. Acesso em: 15 mar. 2011.

¹ Esta corrente do pensamento brasileiro. Sobre a Escola Paulista, ver: BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1985 (1º edição de 1958); CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (1º edição de 1962); FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: M.E.C., 1964.

² CARDOSO, op. cit., p. 161. (grifos nossos)

³ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 28.

⁴ Não é nossa intenção fazer um amplo apanhado de todos os textos importantes que surgiram nas últimas três décadas – o que, de resto, seria impossível. Assim, dentre outros: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos, Revista do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, vol. 13, nº. 01, p. 211-221, jan.-abr., 1983; SCHWARTZ, Stuart B. Padrão de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos, Revista do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, vol. 13, nº. 01, p. 259-287, jan.-abr., 1983; EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos, Revista do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São*

Paulo. São Paulo: USP, vol. 17, nº. 02, p. 175-216, mai.-ago., 1987; FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo Garcia. Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos, Revista do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade e São Paulo*. São Paulo: USP, vol. 17, nº. 02, p. 151-173, mai.-ago., 1987; e, principalmente, SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988; SLENES, *Na senzala*, op. cit.

⁵ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 12.

⁶ Dentre outros, LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷ REIS, João José. *Domingos Sodré - um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸ SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Dentre outros historiadores que investigaram a vida de Francisco Félix, ver: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997; LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topóï, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 02, nº. 02, p. 197-215, jan.-jun., 2001. Outros estudos biográficos importantes são: OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006; XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS, 2008; REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (1822 - 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; MOREIRA, P. R. S. Fragmentos de um enredo: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX) In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira & MARTINS, Ilton César (orgs.). *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 115-138.

⁹ FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, Mobilidade e cultura Atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. *Tempo, Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 10, nº. 20, p. 23-49, jan.-jun., 2006, p. 24-25 e 49.

¹⁰ FRAGOSO, João. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topóï, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 11, nº. 21, p. 74-106, jul.-dez., 2010, p. 82.

¹¹ LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 15.

¹² LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da USP, 1992, p. 137.

¹³ *Ibidem*, p. 139 e 141.

¹⁴ GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

¹⁵ *Ibidem*, p. 173-174. (grifos nossos)

¹⁶ *Ibidem*, p. 175.

¹⁷ GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 23.

¹⁸ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topóï, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 03, nº. 05, p. 41-70, jul.-dez., 2002.

¹⁹ Arquivo da Diocese de Uruguaiana (doravante ADU). Registros Paroquiais de Óbitos da Igreja de Alegrete (doravante IA). Livro 1, p. 65v.

²⁰ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Acondicionador (doravante Ac.) 009.0161. Processo (doravante Pr.) nº 64.

²¹ ADU. Registros Paroquiais de Batismos (doravante RPB), IA. Livro 2, p. 126r, 152v, 355r, 355v, 357r, 358r, 360v e 368v. As próximas informações sobre os batismos foram daqui retirados.

²² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Livros Notariais de Registros Diversos (doravante LNRD), 1º Tabelionato, Fundo Alegrete: livro 1, p. 89r.

²³ *Idem*.

²⁴ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Ac. 009.0161. Pr. nº 64.

- ²⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 1999, p. 1475. (grifos nossos)
- ²⁶ *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Segundo tomo, L-Z. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, ano M. DCC. LXXXIX. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 19 dez. 2010, p. 146.
- ²⁷ SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002. (Capítulos 10 – Congo e 11 - Angola)
- ²⁸²⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Interações culturais no Brasil escravista: cultura material e condições de vida (Sudeste, 1700 a 1850)*. Rio de Janeiro, Departamento de História / Universidade Federal Fluminense - www.proppi.uff.br/arquivos/pibic/.../2009pjt_1636304526.doc.
- ²⁹ SWEET, James H. *Recrutar a África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 36.
- ³⁰ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 267.
- ³¹ ADU, RPB, IA. Livro 2, p. 384v.
- ³² ADU, RPB, IA. Livro 2, p. 360v.
- ³³ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Ac. 009.0161. Pr. nº 64.
- ³⁴ Coincidentemente (ou não) Camilo de Lélis é o nome de um santo católico, protetor dos enfermos. Informação disponível em: Disponível em: <http://www.comshalom.org/formacao/santos/camilo_lelis.html>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- ³⁵ Graças ao trabalho do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que publicou todas as alforrias registradas em cartório para a Capitania e depois Província do Rio Grande, pudemos procurar se Albino havia alforriado algum cativo antes de migrar para Alegrete. Não encontramos, por enquanto, nenhum registro. Informação em: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade*. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1. Porto Alegre: CORAG, 2006.
- ³⁶ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Ac. 009.0161. Pr. nº 64.
- ³⁷ REIS, João José. *Domingos Sodré*, p. 88 e 92.
- ³⁸ *Ibidem*, p. 319.
- ³⁹ ADU, Registros Paroquiais de Casamentos, IA. Livro 1, p. 67v.
- ⁴⁰ APERS. LNRD, 1º Tabelionato de Alegrete: livro 1, p. 93r.
- ⁴¹ De 1831 até 1860, encontramos somente onze escravos transacionados desta forma.
- ⁴² SCHWARTZ, Stuart. *Escravo, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 206.
- ⁴³ *Idem*. (grifos nossos)
- ⁴⁴ Alguns exemplos, além de Stuart Schwartz são: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FARIAS, Juliana B., GOMES, Flávio e SOARES, Carlos Eugênio L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; REIS, *Domingos Sodré*, op. cit.; ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, 1750-1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- ⁴⁵ Apenas em 1871, com a Lei do Ventre Livre, é que se irá legislar sobre a possibilidade dos escravos poderem acumular recursos. A lei, no seu artigo 4º estabelece que “é permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio”. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 19 dez. 2010.
- ⁴⁶ Conforme João José Reis, “denominava-se *moleque* ao negro menino ou adolescente”. REIS, *Domingos Sodré*, op. cit, p. 108.
- ⁴⁷ ADU. RPB da IA. Livro nº 2, p. 277r, 3538r, 364r e 375r.
- ⁴⁸ APERS. LNRD, 1º Tabelionato de Alegrete: livro 1, p. 73v.
- ⁴⁹ APERS. LNRD, 1º Tabelionato de Alegrete: livro 1, p. 119v.
- ⁵⁰ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 20.
- ⁵¹ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 174.
- ⁵² *Ibidem*, p. 177.

⁵³ Ibidem, p. 183. Importante salientar que Simona Cerutti discute, neste trecho, a validade da construção, a priori, de categorias sócio-profissionais. Contudo, acreditamos ser válido o mesmo tipo de raciocínio para a análise do comportamento dos escravos, enquanto grupo social, em função de sua condição jurídica, também elaborada a priori.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: UFF, 2004, p. 98. (Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – Concurso para Professor Titular em História do Brasil)

⁵⁶ Em outro artigo desenvolvemos melhor esta questão. MATHEUS, Marcelo Santos. *Por ter ido ao Estado Oriental: guerra e fronteira nas cartas de alforria de Alegrete (1832 – 1871)*. VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010.

⁵⁷ Obviamente, não eliminamos a possibilidade de, simplesmente, Albino Pereira não querer lhes passar a alforria. No entanto, não acreditamos ser o que tenha acontecido.

⁵⁸ Ibidem, p. 24-25. Certamente, no caso da escravidão, são múltiplos os elementos definidores da identidade. Mesma procedência (mesma nação africana), mesmo grupo lingüístico, nascidos no Brasil (crioulos), mesma comunidade, cativo, etc. Entretanto, não é nosso objetivo discutir estas formas específicas de agregação, e sim as possibilidades que uma pesquisa densa nas fontes oferece para encontrarmos o mesmo indivíduo (no caso, um escravo ou forro) em diferentes documentos, ampliando e complexificando, portanto, o seu leque de relações.

⁵⁹ Ibidem, p. 25.

⁶⁰ CERUTTI, op. cit., p. 198.

⁶¹ LEVI, Prefácio, op. cit., p. 16. (grifos nossos)

⁶² GRENDI, op. cit., p. 35.

⁶³ Sobre esta questão ver: REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁶⁴ LEVI, Sobre micro-história, op. cit., p. 153.

⁶⁵ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.

⁶⁶ Henrique E. Lima desenvolve esta reflexão no momento em que analisa a influencia da obra do antropólogo Fredrik Barth sobre Giovanni Levi. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 262. (grifos nossos)

⁶⁷ LIMA, Henrique Espada. Pensado as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 150.

⁶⁸ REIS, João José. *Domingos Sodré*, p. 316.

⁶⁹ REVEL, Jacques. Prefácio. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 12.

⁷⁰ GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 41.

⁷¹ Idem.

⁷² REVEL, Idem.

⁷³ Ibidem, p. 47.

⁷⁴ LEVI, Prefácio, op. cit., p. 11.

⁷⁵ LEVI, Sobre a micro-história, op. cit., p. 158.

⁷⁶ Ibidem, p. 160. (grifos nossos)